

ATA DA XX REUNIÃO ORDINÁRIA DO GTMN – ABRAGE COPEL Geração – CURITIBA - PR

Ata da Reunião – 19 e 20 de Novembro de 2007

Assuntos Tratados

1 Coordenação ([Apresentação](#))

Eng. Komatsu, Coordenador do GTMN, fez a abertura da Reunião, agradecendo à COPEL Geração, que organizou as facilidades para a realização da reunião, conforme agenda proposta.

Na seqüência, convidou o Eng. Raul Munhoz Neto, Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações da COPEL a dirigir algumas palavras aos participantes.

2 Apresentação da COPEL Geração ([Apresentação](#))

Eng. Raul Munhoz Neto, Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações da COPEL e que pertenceu ao GTMU/SCM/GCOI, proferiu algumas palavras aos participantes, destacando o contexto atual do Setor Elétrico.

O fato mais marcante foi o racionamento em 2001, principalmente na Região Sul, que não tinha capacidade de geração para atender a demanda. Até hoje, há reflexos do ocorrido e, conforme previsão para 2008, o déficit de energia e a necessidade de geração acima da energia assegurada, mesmo com as térmicas com geração elevada, leva a uma necessidade de elevada disponibilidade da geração.

A UTE Araucária, que teve na construção a participação das empresas El Paso, Petrobrás e COPEL, face às dificuldades enfrentadas pela El Paso, a COPEL adquiriu essa parte, com resultados bastante satisfatórios tanto para a COPEL como para a Petrobrás, com a usina desempenhando importância capital. Mesmo apesar de estar parada há cerca de 4 a 5 anos, quando solicitado, está funcionando perfeitamente.

No caso da UTE Uruguaiana de 520 MW, teve a potência reduzida a 270 MW, face às restrições de fornecimento de gás. Apesar de haver redução de fornecimento de gás para geração, o Governo Federal obrigou a entrega de gás para as Térmicas.

O gás natural interligado à Argentina não está cumprindo o fornecimento de gás e a disponibilidade de energia.

Novas usinas do SIN, como térmicas ou hidráulicas distantes da carga (Madeira, Xingu, Tapajós) terão menos flexibilidade para atender a modulação da carga do sistema.

Hidrelétricas “amazônicas” implicarão em elevadas transferências sazonais de energia, com impactos na geração e nas transferências internas do MRE.

Usinas hidrelétricas atuais deverão ter elevada disponibilidade para fazer frente à nova realidade do setor.

Em 2008, são previstos déficits de cerca de 2.270 MW, mesmo com a entrada das Usinas Térmicas. Manutenções de grande porte envolvem planejamento que requer contratos e preparo das equipes, pois as restrições sistêmicas estão levando a dificuldades de liberação de unidades geradoras.

Quanto a penalizações, a Resolução ANEEL n. 688/03: Mecanismo de Redução da Energia Assegurada – MRA - penaliza as usinas do MRE que apresentem índices de indisponibilidade acima daqueles utilizados no cálculo da energia assegurada e, a Resolução ANEEL n. 169/05 cria conceito análogo p/ termelétricas (“Garantia Física Ajustada”), mas afetando o lastro, a Resolução ANEEL n. 266/07 estendeu MRA p/ as PCHs e, Penalidades nos “CCEARs por disponibilidade” (termelétricas).

Como Diretor, está atento para o foco do planejamento da manutenção, com requisitos para profissionais que, não basta apenas serem técnicos da área, mas exigem o conhecimento de leis e resoluções do setor que permitam otimizar as atividades, em conformidade com a legislação pertinente.

Na situação atual, é preciso ter uma visão diferenciada ao que era nos velhos tempos e que a disponibilidade da usina é importante e, destacando o reconhecimento de quem já foi da manutenção, como pessoas bem preparadas.

Para finalizar, deu as boas vindas a todos os participantes e desejou sucesso e bom trabalho a todos e colocou as instalações da COPEL para visita técnica.

3 Apresentação da ABRAGE ([Apresentação](#))

Eng. João Alberto, assessor técnico da ABRAGE, relatou, conforme solicitação do Eng. Komatsu, os principais tópicos em evidência na entidade:

- **Substituição de equipamentos de usinas em decorrência de níveis de curto-circuito**
 - Apesar de detectadas pelo ONS as superações de equipamentos nas instalações de geração no desenvolvimento do ciclo de ampliações e reforços 2007-2009, devido aos valores de curto-circuito, e pedida a substituição / adequação desses equipamentos da Rede Básica, as geradoras não têm o mesmo tratamento dado às transmissoras, que são ressarcidas por investimentos dessa natureza, realizados nas subestações da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão.
 - **17/07/06** - Nota Técnica 022/06 – SRG/ANEEL, desvinculou dos Serviços Ancilares a questão do Ressarcimento e propôs uma solução, conforme item 41 da NT.
 - **07/11/07** – Nova Reunião da ABRAGE com o Dr. Rui Altieri (SRG / ANEEL) – expectativa de solução do problema a curto prazo (dezembro/2007) com a regulamentação da matéria sobre a recomendação do ONS à ANEEL sobre a

necessidade da substituição de equipamentos, SRT / ANEEL aprova e autoriza a execução e providencia o reembolso às geradoras.

Foi destacado que, quando da necessidade de substituição de equipamentos não basta constar do PAR – Plano de Ampliação e Reforços do ONS, o Agente deve informar a necessidade através de documento específico ao ONS. Caso aprovado, será pago através de Encargo do Sistema.

- **Papel da manutenção frente à situação energética do país**

- Apresentado uma visão geral do armazenamento por região, com valores inferiores aos de 2006 na Região Nordeste.
- Em 2008 e 2009, as térmelétricas deverão ser despachadas na base e, as hidroelétricas terão que gerar acima de suas energias asseguradas e, portanto o ONS deverá explorar ainda mais as UHEs, inclusive com possibilidade de relocação de manutenções programadas e a geração de energia secundária, em um cenário de elevados preços de curto prazo possibilitará ganhos financeiros às geradoras.
- A manutenção terá um papel preponderante no sentido de assegurar às unidades geradoras, a maior disponibilidade possível de forma a garantir o atendimento do mercado e possibilitar ganhos financeiros adicionais com a venda de energia secundária no mercado de curto prazo.

- **Transferência de manutenção de unidades geradoras, por solicitação do ONS**

O GTOP levantou questão em reunião e a ABRAGE solicitou ao GTMN analisar a conveniência de atuar junto à ANEEL. Para a solicitação da Coordenação, as seguintes empresas encaminharam os comentários, que foram apresentados a todos os participantes:

FURNAS, CEEE-GT, AES-TIETÊ, TRACTEBEL, COPEL e CESP.

O Coordenador solicitou a todos que encaminhem os dados sobre as transferências ocorridas até 05/12/2007.

Por outro lado, será verificada junto ao GTOP a disponibilidade dos dados das transferências ocorridas até o momento.

4 Créditos de Carbono: Oportunidade de Negócios Para o Setor de Energia Elétrica ([Apresentação](#))

Eng. Paulo Augusto Zanardi Jr - Engenheiro Civil (Mestrado em Engenharia Ambiental) da empresa Ecológica Assessoria, Consultoria pioneira em projetos de seqüestro de carbono florestal no Brasil, com 10 anos de experiência em mudanças Climáticas, atua na identificação de projetos, realização de estudos de viabilidade, elaboração do PDD; acompanhamento para aprovação do projeto; comercialização dos créditos de carbono.

Agente da CantorCO2e.com no Brasil, um dos maiores brokers globais, subsidiária da Cantor Fitzgerald e da Mitsui – dois grandes grupos financeiros, fundada em 2000 a partir de uma companhia irmã com mais de dez anos de experiência no mercado.

Em conjunto com a Cantor, realizou transações ambientais, totalizando mais de US\$10 bilhões.

Já realizou serviços em várias empresas do país, inclusive do Setor Elétrico, como a AES-Tietê, Grupo Rede, Energias do Brasil e Eletrosul.

Relacionou as mudanças climáticas com os problemas dos gases do efeito estufa e a conseqüente aumento da temperatura de cerca de 1 °C nos últimos 100 anos.

O Protocolo de Quioto iniciado em 1997 entrou em vigor em 2005, relacionando no Anexo I – Países industrializados, estabelecendo metas de redução (5,2% aos níveis de dez/90) e, os Mecanismos de Flexibilização:

- i) JI - Implementação conjunta (Art. 6º);
- ii) ET – Comércio de Emissões (Art. 17);
- iii) **MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo** (Art. 12).

Este último tem como objetivos “Reduzir emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs)” e “Contribuir para o desenvolvimento sustentável em países subdesenvolvidos” e, como princípio, permitir a países desenvolvidos investir em projetos de “redução de emissão” em países subdesenvolvidos e utilizar os créditos para reduzir suas obrigações (CER), através de projetos redução de emissão de GEE e de Projetos de seqüestro de carbono.

Há 2.343 Projetos em alguma fase do ciclo de projeto, com 732 Projetos já registrados pelo Comitê Executivo do MDL e, particularmente no Brasil, há 233 projetos em andamento, ocupando o 3º lugar por número de projetos.

Relatou as oportunidades de projetos no Setor Elétrico em quatro áreas de configuração, ou seja, na Geração de Energia Conectada à Rede utilizando Gás Natural, Redução na Emissão de SF6 na Rede, Conexão à Rede de Sistemas Elétricos Isolados e Geração de Energia Conectada à Rede a partir de Fontes Renováveis, Geração de Energia pelo Usuário, Geração de Energia Renovável Conectada à Rede e Projetos de Melhoria da Eficiência Energética da Transmissão e Distribuição.

5 Opções de Reforma e Fornecimento de geradores e outros sistemas de Pequenas e Médias Centrais Hidráulicas ([Apresentação](#))

Eng. Hamilton Iranaga, diretor da NISHI Eletromecânica Ltda., fez apresentação sobre o tema, apresentando a matriz energética brasileira, a participação das PCHs no mercado, sua tendência de crescimento neste século.

Em 2007, o total de PCHs previsto totaliza 16.435 MW, com 1814 usinas, incluindo-se as em operação, construção e em projeto, face aos incentivos devido a Escassez de energia, Resoluções governamentais de incentivo à comercialização, Transmissão e distribuição (TUST e TUSD), Possibilidade de acesso aos créditos MDL, PROINFA e outros.

As PCHs têm como características Projetos de Pequeno porte – construção em menor prazo, Proximidade dos centros de carga e Menores dificuldades para licença ambiental.

Até o final de 2008, estão previstos 63 Empreendimentos (até 2008), 13 em Operação, 21 no prazo, 28 Atrasadas para entrada em operação e 01 – Adiantado.

Entre os projetos outorgados, básico e inventário, totalizam 14.348 MW.

As necessidades prementes são Desenvolver tecnologia específica para grupos geradores de baixas quedas e Geradores de baixíssimas rotações e potências menores.

Concluiu informando que há um imenso potencial de PCHs no Brasil, Condições de mercado altamente favoráveis (oferta x demanda); Importância do quadro regulatório e Parque fabril estruturado para atender a demanda dos próximos anos.

6 Estratégia da AES-Tietê para implantação de PCHs ([Apresentação](#))

Eng. Maury Rodrigues Jr. da AES-Tietê apresentou a estratégia da empresa para a implantação de PCHs, motivada pela necessidade de expansão da geração, contratos da AES Eletropaulo e a decisão de centralizar na AES-Tietê a geração, associada à premissa de energia limpa.

Outra premissa básica é de que a PCH não é uma UHE em escala reduzida, portanto várias estratégias são diferenciadas do ponto de vista técnico.

Adota como filosofia de operação e de manutenção a PCH Desassistida (Telecomandada COG – Bauru) ou a PCH com Manutenção (Terceirizada / Quadro Próprio).

Os quatro projetos em andamento de PCHs, um deles o de Piabanha no Estado do Rio de Janeiro, com 3 PCHs (Posse, Monte Alegre e São Sebastião), totalizando cerca de 27 MW. Localizam-se na região serrana de Petrópolis, com a maior queda de 111 metros.

Neste caso, já dispõe de LI – Licença de Implantação, com alguns condicionantes.

Os demais projetos são todos no Estado de São Paulo, sendo São José – 4 MW, São Joaquim – 3 MW e Santa Inês – 1,6 MW, onde os pacotes de fornecimento incluem as partes Civil, Turbina, Gerador, Eletro-eletrônico e Hidromecânico. Todos esses projetos são de quedas reduzidas.

7 Sistema OMNI - Aplicativos de Gestão de Operação e Manutenção ([Apresentação 1](#)) ([Apresentação 2](#))

Os especialistas Hélio Fiss e Luciano Steuer da COPEL apresentaram o Sistema OMNI, utilizado no Centro de Operação da Geração – COG, com início de Operação em Janeiro de 2001 e órgão representativo dos ativos de geração da COPEL junto ao ONS.

O OMNI é uma solução totalmente desenvolvida dentro da COPEL, pelos profissionais das áreas de Operação, Manutenção e Tecnologia da Informação. A participação dos operadores, tanto das usinas como do COG tem sido fundamental para o sucesso e aprimoramento dos aplicativos de operação e do OMNI.

Os principais benefícios foram a otimização do uso dos recursos humanos da área de operação, Padronização dos procedimentos, agilização dos processos operacionais e Integração operação e engenharia de manutenção.

As atividades de coordenação, supervisão, controle, comando e execução da operação atendem todas as usinas da COPEL, inclusive as PCHs e as usinas térmicas.

Entre as funcionalidades da Operação estão: Programação de Impedimentos; Registro Diário de Eventos; Notas da Operação; Gestão de Atividades da Operação; Registro de Passagem de Turno; Boletins Diário da Operação e Relatório de Pós-Operação.

Apresentou alguns módulos, incluindo a utilização do PDA, com o objetivo de Facilitar a rotina do operador; Automatizar os controles da operação (GI'S, RIN, planilhas, Controle de horas de operação de motores e bombas, etc.); Eliminar planilhas em papel e no MS Excel.

Os principais ganhos com o projeto O&MBC na COPEL foram:

- Desenvolvimento de “Software O&MBC”;
- Desenvolvimento de “Software Gerador Digital de Arquivos de Falha” (Ensaio das malhas de proteção – reduziu de 40 h para 4 h para cada Unidade);
- Aumento de confiabilidade através de revisões de projeto;
- Aquisição de instrumentação de última geração para monitoramento e acompanhamento de ISM;
- Maior Sintonia entre Projeto/Engenharia/Operação e Manutenção;
- Investimento na multidisciplinaridade das equipes;
- Oportunidade de resgate da memória da manutenção.

O Sistema permite resgatar os registros dos ensaios, transformá-los em informações rápidas e efetivas para a Engenharia e as Unidades de Produção em várias atividades, como Instrumentação Civil de Barragens; Baterias; Escovas; Óleo Isolante; Óleo Lubrificante; Cunhas; e Planilhas.

O módulo de cronograma permite apoiar o processo de planejamento das manutenções; Representação gráfica; Fluxo automatizado, bem como Cronograma Planejado e Ajustado; Estados da Parada (Em Elaboração, Aguardando Análise, Aprovada, Recusada); Dados da parada para inclusão no SGI (Sistema de Gestão de Intervenções do ONS).

Tem como benefícios a Padronização do planejamento; Agilidade; Visibilidade gráfica de todas as paradas (ocorridas e programadas) em tempo real e a Gestão do processo.

O Sistema ainda dispõe de Índices de OS, Hxh, Custos, Backlog; permite automatizar os procedimentos de cálculo dos Indicadores de Desempenho da Geração (Disponibilidade, Indisponibilidade na Ponta, Indisponibilidade Fora da Ponta, Taxa de Falhas, Fator de Serviço e Tempo Médio de Reparo), bem como o processo de Análise de Ocorrências em Unidades Geradoras, permitindo seu registro histórico, bem como o acompanhamento das ações propostas para evitar a reincidência de falhas.

Concluiu informando que o software de Operação e Manutenção Integradas é o instrumento adequado para o planejamento, controle e acompanhamento dos trabalhos

de operação e manutenção no ambiente de transformação atual, pois permite ao longo do tempo adotar um melhor aproveitamento de recursos baseado nos fatos principais que são exigidos pelo setor elétrico.

8 NR-10

Carta com o pleito da ABRAGE sobre a aplicação do item 10.7.3 – Trabalho Isolado, lembrando que a proposta não foi consensada por todas as empresas e, apesar de encaminhada proposta de redação para o mesmo item em Out/2004, o Ministério, foi publicada a NR-10 e, pior, com a menção de que seu texto teria sido aprovado pela CTPP, com base no texto apresentado.

Na seqüência, atendendo nosso pleito, a aplicação da NR-10 foi adiada para 08/03/06 (Portaria 484/05), fato que possibilitou sua rediscussão junto à Comissão Permanente Nacional sobre Segurança em Energia Elétrica – CPNSEE, então criada para a finalidade de acompanhar sua implementação e propor as adequações necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Após 8 reuniões da CPNSEE, não se conseguiu a definição das atividades que poderiam ser realizadas individualmente, com a emissão de Nota Técnica.

A ABRAGE elaborou carta ao MTE, “considerando a possível elevação dos custos da energia elétrica, decorrente dos sobre-investimentos em automação (que passam a ser justificados), na hipótese de duplicação do pessoal necessário à realização dos trabalhos hoje executados por apenas um trabalhador isolado, a ausência de fundamentos que indiquem a necessidade de generalização da impossibilidade do trabalho individual e as disposições do item 1.10, da NR – 01, solicitando que a MTE determine o reexame do item específico 10.7.3 da NR–10 pela CPNSEE, com discussões e análises específicas para cada agente do setor elétrico (geração, transmissão, distribuição), face as suas peculiaridades e diferentes incidências de acidentes”.

No caso do Estado de São Paulo, houve convocação da Delegacia Regional do Trabalho DRT-SP-MTE em 20/09/2007 para todas as empresas concessionárias de energia elétrica do Estado de São Paulo (e suas contratadas). Na ocasião, as empresas e suas contratadas receberam Termo de Notificação referente a informações de diversos itens sobre o cumprimento da NR-10, com prazo de resposta em 30 (trinta) dias. Na ocasião foi ressaltado pelos auditores fiscais que a NR-10 estava totalmente em vigor, inclusive o item 10.7.3 (trabalho individual).

Na reunião do DRT-SP, o aumento do número de acidentes e mortes no Setor Elétrico (notadamente na Distribuição) foi atribuído ao não cumprimento das Empresas e de suas terceirizadas das determinações da NR-10.

No caso da CESP, foram apresentados todos os documentos comprobatórios para cada item solicitado, atendendo integralmente o Termo de Notificação. Apenas no Relatório de Análise Ergonômica, solicitado atualização.

Para o caso da Duke, foram apresentados os documentos e embora tenham sido aceitos pela DRT, foi mencionado que seriam realizadas fiscalizações no que diz respeito ao trabalho isolado.

A seguir, estão relacionados os dez pontos constantes do Termo de Notificação:

- Desenvolver e Implementar programa de gestão direcionado à Legislação trabalhista, em especial ao atendimento da NR10, da organização do trabalho e do controle acidentário, destinado às empresas prestadoras de serviços. (Art. 157-III da C.LT.; Port. 3.214/78, NR1 - item 1.7);
- Respeitar e regularizar, por trabalhador, o limite máximo de duas horas extras diárias. (Art. 59 da CLT);
- Elaborar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, considerando, também, para efeito de levantamentos e avaliações dos ambientes de trabalho, os riscos existentes nos postos de trabalho de campo, nas frentes de serviços. (NR 9 - 9.3.1);
- Realizar os treinamentos, básico e complementar, em "Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade" para os trabalhadores autorizados. (Portaria 598/04 - itens 10.6.1.1; 10.7.2; 10.10.8 e anexo III da NR10);
- Desenvolver e equipar as frentes de trabalho com equipamentos e métodos de resgate compatíveis e adequados às atividades desenvolvidas. (Port.598/04, NR10, itens 10.12.2; 10.12.3);
- Desenvolver e apresentar análise ergonômica do trabalho, de acordo com Norma Regulamentadora 17, de forma a assegurar que os membros superiores dos trabalhadores nas atividades operacionais estejam livres para o exercício das atividades laborais. (Portaria 598/04, NR10 item 10.4.5 e NR 17 item 17.1.2);
- Realizar e apresentar os relatórios dos resultados dos ensaios e testes de isolamento elétrica em equipamentos de proteção individual e coletiva, dotados de material isolante, de uso dos trabalhadores. (Portaria 598/04, NR10, itens 10.7.8 e 10.2.4 alínea "e");
- Elaborar e disponibilizar aos trabalhadores, o prontuário das instalações elétricas. (Portaria 598/04; NR10 - 10.2.4);
- Sistematizar e regularizar o trabalho acompanhado nas atividades em instalações elétricas energizadas realizadas no Sistema Elétrico de Potência - SEP. (NR10 - Item 10.7.3);
- Fornecer aos trabalhadores Equipamentos de Proteção Individual - EPI adequados à atividade, especialmente, a vestimenta de proteção contra arcos elétricos. (NR6 - 6.3-"a" e NR10 - 10.2.9.2).

Os Representantes solicitaram o envio por e-mail dos pontos constantes do Termo de Notificação, o que foi encaminhado em 21/11/2007.

9 Utilização de sistemas ultrassônicos em ensaios de rendimento absoluto para turbinas (Apresentação)

Eng. Francisco Rennó Neto da empresa Rennó Comércio e Representações Ltda., trouxe ao Brasil o Eng. Jim Walsh da empresa RENNASONIC para apresentar o Sistema HydroAssistant, utilizado para otimizar a geração de usinas hidráulicas e minimizar a descarga de água.

O processo inclui a medição de vazão, através de processos de alta precisão, em diferentes tipos de turbina, a determinação do rendimento da Unidade Geradora / Turbina, a determinação do modelo de cada máquina, em função de seu rendimento, para várias condições de carga alocada, visualização do Software de Maximização da Geração da Usina, para diferentes valores de despacho de carga e a apresentação de alguns casos típicos estudados.

Durante a apresentação, foi destacada a diferença existente entre unidades iguais e de mesma fabricação possuírem diferenças de comportamento dinâmico.

Como parâmetro de ganhos possíveis com a otimização, mostrou que a geração hidráulica nos EUA representam cerca de 535.000 GWh anuais e que, um ganho de meio ponto percentual representaria cerca de US\$ 100 milhões.

Exemplos práticos apresentados evidenciam que, numa mesma usina, o despacho igual de todas as unidades geradoras pode apresentar perdas de rendimento.

Através dos gráficos de Eficiência da Usina por Potência, pode-se determinar a composição melhor para gerar a potência requerida, caso não utilize esse processo, pode-se obter uso maior de água de até 9,5 %, comparados com os valores ótimos.

Já foram fornecidos Sistemas de medição de vazão de água ultrassônico, em tubulações forçadas, com determinação de rendimento e Otimização de funcionamento de Usinas Hidroelétricas para as seguintes empresas e empreendimentos:

- CHESF – Paulo Afonso II, III e IV;
- COPEL – Segredo
- FURNAS – Furnas, Serra da Mesa e Corumbá
- EDEGEL – Callahuanca (Peru)
- CEMIG - Gafanhoto

10 Visita Técnica ao COG - COPEL

O especialista Hélio Fiss - COPEL conduziu os participantes à visita técnica ao COG – Centro de Operação da Geração, localizado na Sede da Empresa em Curitiba – PR.

11 Ocorrências Notórias e Fatos Relevantes

Não houve relato de ocorrências notórias e fatos relevantes.

12 Assuntos Gerais

A. 5º Encontro Técnico GTMN/GTMT

Foi apresentado o tema sugerido pela CESP como proposta do GTMN/ABRAGE, como segue:

- ❖ *Ações da Manutenção para a Sustentabilidade Empresarial*
 - ✓ *Ações da Manutenção associadas ao Meio Ambiente*
 - ✓ *Planejamento integrado da Manutenção com o atendimento à Sustentabilidade*
 - ✓ *Resultados obtidos*
- ❖ *Convite de alguns trabalhos de caráter gerencial do SNPTEE*

A DUKE Energy propôs o tema “Sistema de Gestão de Saúde e Segurança”.

Aproveitando o tema, foi comentado que a ANEEL encaminhou às empresas um questionário, similar ao do ISE, com uma série de informações a serem preenchidas. Por solicitação das empresas, o questionário será divulgado a todos os participantes, pois o encaminhamento dentro das empresas pode ter sido para outras áreas.

Considerando que o tema proposto pela DUKE faz parte do tema Sustentabilidade, o tema sugerido pela CESP foi aprovado pelas empresas e, na seqüência, o Coordenador encaminhará ao GTMT/ABRAGE para posterior fechamento da proposta conjunta.

Apesar de haver sugestões de a CHESF sediar o evento, foi considerada a dificuldade de um maior número de participantes das empresas face às distâncias envolvidas e foi sugerida a empresa TRACTEBEL, que ficou de analisar junto à empresa. Lembrou-se que há recursos liberados pela ABRAGE para a realização do evento.

B. Solicitação sobre a possibilidade de fornecer ao ONS valores de referência de DISP, TMR e TF da ABRAGE para utilizá-los, até que a ANEEL defina os valores oficiais

Quanto à solicitação do ONS para o fornecimento das informações dos indicadores para utilização como valores de referência da geração, foi esclarecido que a obrigação de estabelecimento dos valores é da ANEEL e que, até que isso ocorra, o ONS solicita a possibilidade de a ABRAGE ceder os valores para estabelecimento das referências.

Foi informado a todos que o ONS envia a todos os Agentes o Relatório RAD – Relatório de Avaliação do Desempenho da Manutenção de Equipamentos, já divulgados em 2006, específicos por empresa, com valores de referência apenas estimados pelo ONS.

Apesar das questões discutidas, as empresas consideraram que os valores não devem ser divulgados ao ONS, tendo em vista as diversas particularidades que existem nas ocorrências em unidades geradoras, pois podem vir a ser utilizados contra os interesses dos associados.

C. Local para a próxima Reunião Ordinária

Foi sugerido e aceito pela DUKE que a próxima reunião deve realizar-se nos dias 12 e 13/03/2008 em São Paulo.

O Coordenador solicitou que as empresas sugiram as palestras a serem apresentadas durante a reunião. Também lembrou que poderá ser convidada a ANEEL para abordar a questão da fiscalização das instalações.

D. Fluxograma ANEEL (em tempo)

Está sendo anexado o fluxograma referente à estrutura da ANEEL, em que aparecem além dos responsáveis por cada área, as respectivas atribuições, que podem ser obtidas através de cliques sobre as áreas.

13 Encerramento

O Coordenador encerrou as atividades no horário previsto, e agradeceu a participação de todos e à COPEL que cedeu suas instalações para a reunião e visita técnica.

[Lista de Presença 01](#)